



Deficientes auditivos no ambiente escolar regular: realidades enfrentadas perante à inclusão - uma revisão bibliográfica

Amanda Franciele Valandro¹

Resumo: Hoje em dia, busca-se integrar a vida escolar dos deficientes auditivos no seu meio social e geográfico, devendo tais indivíduos contar com o apoio necessário da escola em que ingressar, e também com o auxílio da sociedade no qual estão inseridos. Porém, embora o processo de inclusão no ambiente escolar regular seja algo concreto, muitos são os pontos negativos que ainda o permeiam e fazem com que a qualidade do ensino seja inferior, em relação ao de alunos ouvintes. **Objetivo:** Apresentar as dificuldades vividas por deficientes auditivos no ambiente escolar regular e as realidades que eventualmente se formam mediante a inclusão.

Palavras-chaves: inclusão escolar; surdos; fisioterapia preventiva.

Abstract: Nowadays, we seek to integrate the school life of the hearing impaired in their social and geographical environment, and these individuals must have the necessary support of the school in which to join, and also with the help of the society in which they are inserted. However, although the inclusion process in the regular school environment is something concrete, many are the negative points that still permeate it and make the quality of teaching less than that of hearing students. **Objective:** To present the difficulties experienced by the hearing impaired in the regular school environment and the realities that may be formed through inclusion.

Keywords: school inclusion; deaf; preventive physiotherapy.

Introdução

A falta ou perda da audição, é normalmente caracterizada como o resultado de fatores nocivos que prejudicam o aparelho auditivo, ocasionando a surdez. Na medicina, pela visão clínico-terapêutica, surdez é uma alteração orgânica, que abrange uma parte do corpo que apresenta alteração ou déficit. Nesse sentido, é vista como doença/déficit/deficiência que precisa ser tratada e que resultaria numa cura, ou na tentativa desta. Esta cura, nos casos de nascidos surdos, seria relacionada a aprendizagem da linguagem oral e ao uso de aparelhos que amplificariam a sonoridade. Porém, na percepção sócio-antropológica, a surdez não é vista com algo a ser tratado/curado, e sim, como uma diferença que deve ser respeitada, sendo que o sujeito surdo pertence a um grupo minoritário que compartilha de uma língua de sinais, valores culturais, hábitos e modos de socialização próprios (SILVA, ZANOLLI, PEREIRA, 2008). No entanto, mesmo havendo mais de um entendimento sobre a surdez, a inclusão deve existir em todos os âmbitos, principalmente no ambiente escolar regular.

¹ Centro Universitário Cenecista de Osório.



Desde a década de 1970 as políticas públicas brasileiras indicam a formação de uma educação de qualidade para todos. Esta mudança inclui também as pessoas com deficiência, não somente pelo princípio de atender a todos, mas pela busca de uma escola inclusiva. Compreende-se assim que estudar a surdez em âmbito escolar abrange também estudar o princípio de inclusão escolar (RESENDE, LACERDA, 2013). Espalhou-se pelo mundo, na década de 1990, a política educacional de inclusão de indivíduos com necessidades educativas especiais em escolas regulares. Houve um aceitamento populacional gigantesco pela nova política, porém, muitos surdos ainda são alvos de uma escolarização que não respeita o ideal (LACERDA, 2007).

Nos últimos anos, houve um aumento significativo de alunos com necessidades especiais sendo matriculados em escolas regulares. Mas, a qualidade do ensino para esses indivíduos ainda é precária. Há muitos casos de repetência e desistência desse público (SILVA, SILVA, 2016). É sabido que a inclusão educacional tem a obrigação de oferecer educação de qualidade para todos os estudantes, respeitando as diferenças de cada um deles. Porém, sabe-se que isso não ocorre de fato, pois é incompatível com o cenário das escolas (SILVA, SILVA, SILVA, 2014) dificultando que a política educacional de inclusão seja efetiva.

Existem alguns pontos para a implantação desse tipo de inclusão: a escola, o entendimento dos profissionais sobre o que é a inclusão escolar e formas diferentes de ensino para as aprendizagens variadas (SILVA, SILVA, 2016). Essas questões revelam uma necessidade de alterações comportamentais e de conceitos no que se refere ao aluno surdo (SCHEMBERG, GUARINELLO, MASSI, 2012). Para a inclusão ser eficaz, depende da aceitação do público e da reformulação da escola para atender essa demanda.

Existem ainda outros aspectos para se considerar em relação a surdez, que se constituem, além do ambiente escolar, no ambiente familiar e que vão mais à frente dos fatores legais. A resistência de pais e professores em relação a introdução da proposta de inclusão escolar, é geralmente explicada pela insegurança dos mesmos sobre a prática do ensino escolar feito em classes



regulares com alunos especiais. Algumas famílias temem que a presença dos filhos nas classes os prejudiquem, pois o professor necessita atender as necessidades e limitações dos alunos com deficiência (CARVALHO, 2004). Mas, mesmo quando há a aceitação por parte dos pais, educadores e da sociedade em geral, a ideia de escola inclusiva não era aplicada há tempos atrás. Porém, atualmente, mesmo o cenário sendo outro, com mais consciência dos direitos humanos, a proposta de inclusão ainda não é praticada de forma unânime (CARVALHO, 2004). Nesse sentido a família e a escola tornam-se fundamentais no desenvolvimento do aluno surdo (SCHEMBERG, GUARINELLO, MASSI, 2012). Principalmente, no que diz respeito ao aprendizado da linguagem pelo surdo, além da inclusão deste na sociedade.

A linguagem, em qualquer uma de suas formas, é a base para a integração do indivíduo na sociedade. É peça chave para o indivíduo expressar-se (PETEAN, 2003). A linguagem é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo. É ela a responsável pela estruturação do sujeito, pois sua função vai além da comunicação, ela desenvolve o cognitivo (LACERDA, 2007). As questões linguísticas e culturais sobre a surdez têm estado cada vez mais em foco, devido às individualidades que envolvem os surdos. Essa particularidade linguística, pode levar a problemas sociais, educacionais e afetivos, pois 95% dos surdos nascem em famílias ouvintes e geralmente não tem acesso à língua de sinais precocemente, interferindo na sua comunicação (RIBEIRO, SILVA, 2017).

Em cada abordagem, as compreensões sobre a inclusão dos surdos e os modos de entender sua escolarização são diferentes. Há muitas formas de ensino e avaliação, assim como diversos entendimentos sobre a surdez, a língua de sinais, o bilinguismo e a biculturalidade (RIBEIRO, SILVA, 2017). A grande dúvida sobre a inclusão está em como atender igualmente indivíduos com particularidades tão diferentes, sem prejudicar nenhum dos dois grupos (BEYER, 2013).

Considerando as diversas situações que envolvem o deficiente auditivo, o processo de inclusão, a escolarização e a vida social desses indivíduos, o objetivo deste estudo foi apresentar as dificuldades vividas por deficientes



auditivos no ambiente escolar regular e as realidades que eventualmente se formam mediante a inclusão.

Metodologia

A pesquisa foi realizada em março de 2018, usando como base de dados o Scielo, utilizando os descritores “inclusão escolar” e “surdos”, com preferência por artigos em português. Foram encontrados 15 artigos. O critério de exclusão: pesquisas com deficientes auditivos que apresentaram mais de uma deficiência e pesquisas não relacionadas com o ambiente escolar. O critério de inclusão: pesquisas com deficientes auditivos e que se relacionavam com o ambiente escolar. Restaram 13 artigos, os quais abordam a inclusão dos surdos nas escolas em diferentes faixas etárias, tratando tanto das diferentes formas de ensino quanto da aplicação prática nas disciplinas escolares. Ainda, foi necessário recrutar outros artigos, para complementar a pesquisa e integrar o presente estudo. Todos selecionados na base de dados Scielo, usando os mesmos descritores, porém acrescentando “professores” e “mães”. Além dos artigos mencionados, foram utilizados quatro livros retirados na biblioteca do Centro Universitário Cenecista de Osório-RS, que abrangiam a linguagem dos surdos e a inclusão destes no meio escolar

Referencial teórico

Os surdos no processo de inclusão e escolarização

Antigamente, para alunos especiais terem a sua devida educação, muitas vezes precisavam se deslocar a grandes distancias até chegar às escolas especiais. Porém, hoje em dia, busca-se integrar a vida escolar dessas crianças no seu meio social e geográfico, tendo todo o apoio necessário na escola em que o mesmo ingressar (BEYER, 2013).

A educação inclusiva é muito importante também quando se refere a convivência desses indivíduos com a sociedade. Porque separá-los dos demais se eles vivem numa mesma sociedade que as pessoas ditas como normais? Acredita-



se que elas não podem aprender como os outros alunos, porém isso nem sempre é uma realidade (BEYER, 2013).

Com o acesso as escolas regulares, não devem ser esquecidas as particularidades desses indivíduos. Eles não podem ter o mesmo tipo de ensino das outras crianças, precisam sempre de algo a mais para ter o devido entendimento sobre o que está sendo passado a turma. O ensino deve ser individualizado para cada criança, sendo ela portadora de alguma deficiência ou não, pois todos os indivíduos são diferentes. Não é justo avaliar diferentes crianças da mesma forma. Todas são únicas e devem ser avaliadas em relação a elas mesmas (o quanto evoluíram ou não) (BEYER, 2013). Numa visão geral, os estudantes surdos merecem atenção necessária. É um público único, que em sua evolução apresentam características singulares, em razão da condição linguística e cultural. São pessoas que não ouvem e são impedidos de aprender facilmente a língua oral. Para os surdos conseguirem ter um conhecimento maior com a língua, vai depender de um intérprete que ajudará nas experiências gestuais e visuais (SILVA, SILVA, SILVA, 2014). Por outro lado, vale destacar que o professor não deve ficar exclusivamente no aluno especial. Isso pode gerar uma exclusão deste aluno com os demais. O professor deve estar disponível para atender qualquer outro aluno que encontre alguma dificuldade (BEYER, 2013).

Muitas pesquisas mostram um baixo número de crianças surdas matriculadas em escolas, apesar de haver uma legislação específica que apoia sua inclusão. Com isso, desde os anos 90 o MEC tem divulgado os dados do Censo Escolar, que levanta anualmente dados estatísticos educacionais feitos em escolas públicas e privadas demonstrando a real situação da educação brasileira. Contudo, esses dados nem sempre são precisos, pois não há uma especificação da população alvo da pesquisa, além de depender da declaração da escola que segue categorias incertas (RESENDE, LACERDA, 2013).

Questões culturais, curriculares e institucionais, que não são modificadas com a inclusão dos surdos, estão causando isolamento e menores possibilidades de educação, e também repetência e desistência escolar. Por outro lado, alguns



surdos acham “normal” ficarem sozinhos, quando são os únicos deficientes auditivos da turma, tendo apenas contato direto com o seu intérprete. Isso evidencia o quão o processo inclusivo é precário. (RIBEIRO, SILVA, 2017). Outro problema que eles enfrentam, é a dificuldade em relação a linguagem escrita, o qual tem ligação com as mediações sociais que envolvem a aprendizagem do surdo. Portanto, acabam enfrentando obstáculos, por ter a língua muito restrita nas atividades de leitura e escrita (GÓES, 2002).

Os surdos podem possuir três maneiras de se comunicar: oralismo, comunicação total e bilinguismo. O bilinguismo, é a forma mais aceita entre os surdos. A língua de sinais é o primeiro contado que o surdo tem com a linguagem, então é nomeada de língua materna do surdo. Já o português oral, é como a segunda língua (OLIVEIRA, BENITE, 2015). Quando se trata desse público a inclusão se torna bem dificultosa, pois eles têm uma cultura própria que muitas vezes é desconhecida pelo público ouvinte (SILVA; SILVA, 2016).

As diferentes abordagens educacionais voltadas para os surdos supõem determinada compreensão de desenvolvimento e linguagem. No entendimento oralista, os surdos precisam ser integrados socialmente para ter sua deficiência contornada, e isso só é possível com a aprendizagem da fala (RIBEIRO, SILVA, 2017). Outro autor (SILVA, SILVA, SILVA, 2014), defende que a língua de sinais é muito importante para o progresso dos surdos, pois é a língua deles e por isso é essencial para conseguir inseri-los nas escolas e no meio em que vivem, permitindo a sua própria criação de personalidade, pois sua forma de expressão se dá pelo canal viso espacial (RIBEIRO, SILVA, 2017).

Quando a criança surda é filha de pais ouvintes, é mais difícil que entrem na escola com a língua constituída, pois assim não irão conseguir aprender nem o português e nem a Libras (Língua Brasileira de Sinais). No caso das crianças surdas que os pais também são surdos, o desempenho linguístico na Libras pode ser comparado com o desempenho da língua oral de pessoas ouvintes (OLIVEIRA, BENITE, 2015).



A Libras tem como característica os sinais, que são elementos sistêmicos, podendo envolver também gestos, que são elementos extra sistêmicos. Há pesquisas que afirmam a importância dessa gestualidade tanto para crianças surdas quanto para ouvintes. Quando aplicadas em crianças surdas, os gestos se transformam em produção combinatória de símbolos, e na criança ouvinte, isso ocorre com as palavras faladas (GÓES, 2002).

O sistema educacional ainda enfrenta muitos obstáculos na implementação da proposta bilíngue. Ainda há dificuldades em realizar um processo de inclusão que seja bem sucedido (SILVA, SILVA, SILVA, 2014). Portanto, os relatos dos surdos sobre o processo de escolarização, têm grande importância para o aprimoramento da educação inclusiva (RIBEIRO, SILVA, 2017).

No estudo de Silva, Silva e Silva (2014), os surdos comentam sobre a importância dos professores fazerem o uso de desenhos, de livros, escritas no quadro e explicações aprimoradas, quando não tiverem o intérprete. O que é confirmado por Ribeiro e Silva (2017) onde os alunos relatam que estudam muito, às vezes até mais que os colegas, e estes conseguem, mas ele não. Também dizem que leem muito, várias vezes, mas não entendem.

Alguns alunos têm maior facilidade de se comunicar pela oralidade, mas têm dificuldade em entender a explicação do professor sem a presença do intérprete. Vários surdos comentam a importância que tem as imagens e os recursos visuais, as quais funcionam como uma ferramenta positiva para a educação. É importante comentar que para os surdos, as melhores aulas são com professores que entendem a Libras (SILVA, SILVA, SILVA, 2014).

Na realidade do aluno surdo, inclusão se dá ao mesmo tempo que a formação de uma escola bilíngue, tendo como Libras sua primeira língua e a modalidade escrita como segunda língua, objetivando ter o mesmo desenvolvimento de um aluno ouvinte (RESENDE, LACERDA, 2013).

É interessante observar que os surdos que não tiveram a alfabetização inicial, têm grande dificuldade na construção das frases e textos, pois acabam



desrespeitando uma ordem normal da língua portuguesa, fazendo a substituição de alguns nomes por verbos, por exemplo. (GÓES, 2002). Dessa maneira, vê-se a importância de frequentar a escola desde a educação infantil, para seu desenvolvimento e por lhe proporcionar acesso a língua de sinais. Porém, ainda há poucas práticas de ensino na educação infantil, o que diversas vezes leva ao ingresso de alunos tardiamente na escola, com pouco desenvolvimento linguístico, dificultando seu aprendizado (RESENDE, LACERDA, 2013).

Papel do intérprete na inclusão dos surdos

O intérprete tem função central no processo de inclusão. Ele é encarregado pela mediação da comunicação na escola (RIBEIRO, SILVA, 2017). Esses profissionais relatam que a regra das escolas bilíngues deveria ser literalmente a comunicação em duas línguas, nesse caso a portuguesa e a de sinais (SILVA, SILVA, 2016).

Toda via, há particularidades sobre o trabalho do intérprete na sala de aula (RIBEIRO, SILVA, 2017). Sabe-se que é de extrema importância garantir a presença de um intérprete no momento em que a família vai realizar a matrícula na escola. O papel do professor e do intérprete é fundamental para promover a língua de sinais na escola (SILVA, SILVA, SILVA, 2014). Mesmo com o domínio da Libras, é importante que ele tenha o domínio da matéria que está sendo ensinada, para conseguir passar ao aluno surdo (OLIVEIRA, BENITE, 2015). Mas o assunto, às vezes, pode fugir do domínio do intérprete e este não conseguir repassar as informações necessárias e corretas, gerando limitação na aprendizagem (RIBEIRO, SILVA, 2017). Para ensinar a matéria só é possível se houver uma parceria entre professor e intérprete (OLIVEIRA, BENITE, 2015). Nessa linha, há a necessidade do intérprete ter conhecimento sobre a área, atuando em associação com os professores (RIBEIRO, SILVA, 2017). Porém o intérprete não pode assumir o papel do professor, e sim passar o que o professor está ensinando (OLIVEIRA, BENITE, 2015). O professor é responsável por passar e ensinar o conteúdo para os alunos, e o intérprete vai apenas fazer essa tradução para que o aluno surdo tenha mais facilidade na hora que estudar (OLIVEIRA, BENITE, 2015).



Outro ponto, é a questão da formação dos intérpretes. Existem atualmente muitos cursos e formações que capacitam para esse trabalho, porém na prática é necessário algo muito mais profundo, que às vezes não é passado. Não há um aprofundamento na cultura surda e isso o impedirá de interpretar os assuntos para o surdo de forma que o mesmo entenda por completo (SILVA, SILVA, 2016).

A profissão de intérprete ainda não é reconhecida no Brasil, e por isso é muitas vezes exercida por outros profissionais, como pedagogos e fonoaudiólogos. Ressalta-se, que muitas vezes esses profissionais realizam o trabalho por envolvimento com o grupo de surdos e nem sempre recebem remuneração (ROSA, 2006).

O ensino de matérias específicas

Já é comprovado que os surdos acabam desenvolvendo muito mais a visão, se comparado aos ouvintes, e é por este motivo que imagens são tão benéficas na hora da aprendizagem (SALES, PENTEADO, MOURA, 2015). Então, quando o professor faz o uso de técnicas visuais junto ao conteúdo, a aprendizagem se torna melhor (OLIVEIRA, BENITE, 2015). Há relatos de que o uso de imagens em questões matemáticas, ajudou não só na aprendizagem do conteúdo, mas também na interação com os demais colegas (SALES, PENTEADO, MOURA, 2015).

A disciplina de ciências, por exemplo, é um conjunto de conhecimentos únicos, que por sua vez tem um dialeto próprio. Então, para o surdo, aprender ciências é como ser alfabetizado nessa linguagem (OLIVEIRA, BENITE, 2015).

Há um método desenvolvido para ensinar as formas geométricas para os alunos (diferente da língua de sinais). Criaram sinais distintos para cada uma das formas, o que ajudou a tornar mais claro e objetivo o que estava sendo apresentado (SALES, PENTEADO, MOURA, 2015).



Os surdos têm bastante dificuldade na língua portuguesa, e sabendo disso foram analisados alguns textos por eles escritos, notando-se que não houve uma construção adequada: sem terminação verbal, que não correspondia a pessoa do verbo, não conseguiam definir o presente e nem o passado, entre outros. Porém não apresentaram erros de ortografia (GÓES, 2002).

A visão dos professores sobre a inclusão de surdos

Com a ideia da escola inclusiva os professores relatam um sentimento de desafio, desconhecimento, ansiedade, insegurança e a necessidade de busca por apoio pedagógico especializado. Eles definem esse projeto como algo irreversível, como democratização do ensino, um caminho difícil a ser seguido, com muitos obstáculos, e a necessidade de uma transformação na escola (BEYER, 2013).

Alguns professores dizem que a vantagem de terem o conhecimento da Libras e da cultura surda, serve para entender o vocabulário do surdo, que é muito mais restrito que o do ouvinte. Por exemplo, eles não utilizam pronomes, preposições e artigos, que são utilizados na língua portuguesa. Portanto, na hora em que o professor lê algo do aluno, ele já vai ter o entendimento sobre essa limitação do surdo e saber que não está errado (SILVA, SILVA, 2016). Em relação a experiência e formação profissional, relatam o valor das experiências que tiveram. Alguns se sentem totalmente despreparados para tal mudança, não têm formação específica, pouco conhecimento e destacam a importância de uma formação continuada e a importância da união da prática com a teoria (BEYER, 2013).

Outros professores argumentam que os surdos não se esforçam o suficiente para aprender língua portuguesa. Eles não têm conhecimento sobre a cultura surda e acreditam que a língua de sinais é apenas uma forma de estabelecer uma comunicação com os ouvintes. Dizem que ela é importante na socialização do surdo, mas que não deve ser a principal forma de comunicação. Afirmam que a Libras é uma linguagem muito restrita, e por esse motivo não conseguem



passar as informações necessárias. Isso demonstra pouco conhecimento por parte dos mesmos (SILVA, SILVA, 2016).

Uma professora comentou sobre a abordagem que precisa ter com os alunos, e as dificuldades que enfrenta com as suas próprias limitações profissionais, tentando ao máximo incluir os alunos nas aulas e na sociedade, e na importância que a família tem nesse processo escolar (GÓES, 2002).

Para um processo positivo de inclusão escolar, os destaca-se que devem haver adequação da escola e preparo do professor, participação dos membros da comunidade escolar, estrutura favorável para o recebimento destes alunos, especialistas nessas inclusões e trocas frequentes entre os professores (BEYER, 2013).

Como os maiores déficits na inclusão, é relatado falta de integração com colegas e especialistas, poucos materiais, não participação da comunidade escolar e pouco conhecimento dos mesmos sobre os projetos (BEYER, 2013). A falta de preparação de professores de deficientes auditivos para a prática, a desinformação geral sobre a surdez e suas características, a ausência de planejamento de ações coordenadas que levem em conta a presença do intérprete, são fatores que levam à inadequação do ambiente escolar (LACERDA, 2006).

Alunos Ouvintes e a relação com deficientes auditivos

Sendo que a adequação do sistema educacional deixa a desejar, é visto que o desempenho de alunos surdos é inferior ao de alunos ouvintes. Tais alunos (surdos e ouvintes) possuem inicialmente o mesmo grau de cognição, porém o desempenho escolar se difere, apontando para a necessidade de medidas que mudem esta realidade (LACERDA, 2007). Como isso se desenvolve na escola, é neste ambiente que deve-se proporcionar aos indivíduos surdos melhorias, para que seu desenvolvimento alcance o desejado, uma vez que estabelecerá uma melhor convivência com crianças ouvintes e facilitaria sua adaptação (ASPILICUETA et. al, 2013).



Os colegas ouvintes de alunos surdos, segundo pesquisas realizadas por Lacerda (2006), relatam uma boa convivência. Há respeito e amizade nas suas relações. A experiência de inclusão aparentemente é muito benéfica para os alunos ouvintes, pois assim eles têm a oportunidade de melhorar seus conceitos sobre a surdez, à língua de sinais e a comunidade surda, tornando-se cidadãos menos preconceituosos (LACERDA, 2006).

A opinião deles em relação à inclusão escolar, destaca chances e direitos iguais no ensino e também no mercado de trabalho, sem discriminação (na maioria das vezes). A convivência com os demais colegas ajuda positivamente no desenvolvimento dos alunos surdos e oportuniza troca de aprendizado entre eles (BEYER, 2013). Porém, essa aprendizagem não pode vir a prejudicar o deficiente auditivo, é necessário pensar em formas de convivência entre crianças surdas e ouvintes, que tragam benefícios para todos (LACERDA, 2006).

Visão de mães/pais de deficientes auditivos

Motivos para a Colocação do filho na escola: Desenvolvimento social e incentivo à criança para conviver em sociedade; Sugestões de professores e médicos; Intuito de não deixar a criança sentir-se excluída no meio onde vive (PETEAN, 2003).

Motivos para retirar a criança da escola: Ambiente escolar inadequado; professores despreparados e sem metodologia de ensino para o caso; recusa da criança; descontentamento dos pais em relação ao método utilizado (PETEAN, 2003).

O ambiente escolar inadequado é um fator determinante para a retirada da criança da escola, os relatos se caracterizam pela constante troca de funcionários, e os procedimentos adotados pelos professores, que não acatam às suas expectativas. O que acaba por tornar a escola mal vista pelos pais, pois acreditam que tal não proporciona o necessário para o desenvolvimento do



deficiente auditivo. Estes fatos, também são relevantes para os pais descreditarem na inclusão (PETEAN, 2003).

Na pesquisa feita por BEYER (2013), a visão dos pais foi positiva em relação a inclusão dos filhos em escola regular. Eles também compreendem o quanto ser presente nesse processo, auxilia ainda mais na aprendizagem e diminui as dificuldades dos seus filhos nesse meio. Acreditam também, que não ajuda somente na aprendizagem, mas no convívio social dos seus filhos, fazendo-os se sentir mais integrados na sociedade e participando de mais atividades extracurriculares. Se sentem mais confiantes, entusiasmados e capazes (BEYER, 2013).

Por outro lado, alguns pais creem também, que o filho não sabe se defender, tanto pelas dificuldades de comunicação quanto pelo contato com outras pessoas, e por isso têm a necessidade de assegurar que o filho não sofrerá agressões físicas e psicológicas na escola (PETEAN, 2003).

Em relação ao aprendizado da Libras, há pais contra e a favor. Observa-se uma forte oposição ou mesmo proibição no aprendizado e utilização da língua de sinais, o qual está relacionado com a crença de que, se o filho aprender Libras não irá desenvolver e/ou querer desenvolver a fala, e que isso dificultaria a sua inserção na sociedade. Embora os pais tenham o conhecimento da existência da língua dos sinais, não se interessam em fazer com que o filho aprenda, talvez por desconhecerem a importância desta (PETEAN, 2003).

Os pais ao escolherem por um ensino bilíngue devem ter consciência que isso não significa que os filhos serão obrigados a se comunicar utilizando a linguagem dos sinais, pois, como em qualquer meio social, haverá a mescla das comunicações. No entanto, assim como pais que têm receio do ensino da língua de sinais, há pais que realizam curso de Libras, para melhor se comunicar com os filhos deficientes auditivos (PETEAN, 2003).



Os pais também acreditam que para facilitar a socialização de seus filhos, deve haver mais de um aluno surdo na turma. Assim, eles poderiam ajudar um ao outro no processo de aprendizagem (BEYER, 2013).

A educação de índios surdos

Com o crescente número de estudos na área da linguagem, há pesquisas sobre a educação especial indígena, já que no Brasil há uma população consideravelmente grande de índios, divididas em diversas tribos. O processo de inclusão destas pessoas não acontece sem a quebra de paradigmas e mudanças nas ideias e opiniões sobre as diferenças (COELHO, BRUNO, 2013).

A falta de conhecimento da língua de sinais e outros recursos didáticos por parte dos professores, muitas vezes é o que mais dificulta a comunicação dos alunos que utilizam sinais dentro da sala de aula (COELHO, BRUNO, 2013). Os professores indígenas relatam certa insegurança por não saber qual o melhor jeito para ensinar os alunos surdos, e reforçam o quanto o intérprete é importante para intermediar o diálogo entre eles. Um professor indígena também comentou sobre a importância de aprender a Libras, para se aproximar do aluno surdo (BRUNO, LIMA, 2015).

Ainda é recente a discussão sobre o direito que a pessoa indígena surda tem ao acesso à escolarização (BRUNO, COELHO, 2016). É importante compreender as senhas/sinais utilizados com familiares, para que esses possam ser integrados no ambiente escolar (BRUNO, LIMA, 2015). A educação desses alunos deve abranger as diferenças culturais desse grupo (BRUNO, COELHO, 2016).

Para a criança indígena, é essencial que desenvolva a língua utilizada no meio em que ela vive, para fazer parte do local. Quando se refere ao surdo, surge o problema de exclusão dele nas práticas culturais da comunidade (BRUNO, LIMA, 2015). Por este motivo, acabam desenvolvendo a leitura labial e a utilização de sinais caseiros com familiares (BRUNO, COELHO, 2016).

No ambiente escolar, as dificuldades de comunicação se acentuam, pois os conteúdos são aplicados de forma oral e o aprendizado requerido dos estudantes



é o domínio de duas línguas (a língua guarani e a língua portuguesa). Diante desta realidade, o ensino disponibilizado aos alunos surdos encontra dificuldades de comunicação dentro da sala de aula, entre alunos e professores (COELHO, BRUNO, 2013).

Há também a língua de sinais própria da comunidade indígena, como a Língua de Sinais Kaapor Brasileira (LSKB), Sinais Kaingang da Aldeia (SKA) e sinais terrenas. A língua indígena se torna muito complexa para os intérpretes de Libras. O intérprete também tem que ter algum conhecimento da língua guarani, pois algumas vezes o aluno só tem conhecimento desta, e nesse caso não há uma boa comunicação entre eles, e assim, o intérprete não consegue passar os conteúdos necessários para o desenvolvimento escolar do aluno (BRUNO, COELHO, 2016).

Nota-se que nas escolas indígenas, ainda há muitos professores não indígenas falantes da língua portuguesa que aplicam aulas de diversas matérias. A justificativa disso, seria a falta de professores indígenas aptos para o ensino de crianças nas escolas das aldeias e, por isso, precisa-se contratar professores não indígenas (COELHO, BRUNO, 2013).

A questão da inclusão parece não ter sido elaborada para a realidade indígena (BRUNO, COELHO, 2016). Ainda fica o questionamento de como o surdo indígena pode fazer parte do seu próprio meio social. A criança indígena surda ainda não é vista, não faz partes das representações sociais, não obtém o mesmo conhecimento das demais crianças e da sua cultura (BRUNO, LIMA, 2015).

Conclusão

Procurou-se relatar como funcionam a escolarização e a inclusão dos surdos nas escolas, assim, apresentando o aprendizado oferecido, as técnicas que são utilizadas, a relação entre os professores e os intérpretes, algumas matérias que os deficientes auditivos apresentam maior dificuldade, bem como a visão e relação dos pais com o filho surdo e também dos colegas ouvintes com a



inclusão. Ainda, mostrou-se como funcionam as aulas de indígenas com deficiência auditiva.

É possível observar que precisa haver uma melhor preparação dos professores nas escolas, para saber lidar bem com a deficiência. O professor necessita de uma especialização adequada e de conhecimento sobre o problema. Ser professor de aluno com deficiência auditiva requer mais comprometimento, precisam ter um conhecimento da cultura surda para que possam passar o aprendizado adequado.

Os pais precisam se inteirar mais sobre a surdez, principalmente no que diz respeito ao aprendizado da linguagem de sinais e a inclusão na escola regular. Se faz necessário que busquem informações sobre, que procurem ajuda, para assim terem mais participação na vida escolar dos filhos.

Em relação à escola, não basta auto denominar-se inclusiva, é preciso que haja projetos de inclusão, professores adequados para as aulas e boa estrutura para oportunizar uma educação igual para todos.

Mesmo sendo algo planejado desde os anos 70, a ideia de inclusão deixa muito a desejar. Embora haja a aprovação da sociedade e programas que promovam a inclusão, a realidade vivida por deficientes auditivos nas escolas regulares ainda não é eficaz o suficiente para que o ensino e a aprendizagem sejam os mesmos de alunos ouvintes. Muitos ainda acreditam, que os surdos devem ficar em escolas especiais, por terem particularidades linguísticas e culturais. Porém incluir essas e outras pessoas com alguma deficiência no meio social é tão benéfico para a educação quanto para a socialização dos mesmos.

Após a pesquisa, destaca-se a importância de novos estudos que abordem mais aspectos sobre a surdez, e que são mais aprofundados na questão da inclusão, artigos que tenham um enfoque maior no que diz respeito à preparação dos professores para que consigam realizar um bom trabalho com esses alunos especiais e mais estudos falando sobre a inclusão de alunos indígenas surdos.



Durante a realização do trabalho, ficou perceptível que muito já foi feito e pensado para esse público. Porém, é necessário que novas mudanças ocorram, para que a inclusão seja concretizada de maneira que ajude no processo de escolarização dos deficientes auditivos, que sejam estudadas maneiras de inclusão que não prejudiquem os surdos, mas sim, que tragam a eles socialização e aprendizado de qualidade.

Referências

ASPILICUETA Patrícia; LEITE, Carla D.; ROSA, Emileine C. M.; CRUZ, G. C.; **A questão linguística na inclusão escolar de alunos surdos: ambiente regular inclusivo versus ambiente exclusivamente ouvinte**; Revista Brasileira Educação Especial, vol.19, no.3, 2013.

BEYER, Hugo O.; **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**; 4. ed. – Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRUNO, Marilda M. G.; COELHO, Luciana L.; **Discursos e Práticas na Inclusão de Índios Surdos em Escolas Diferenciadas Indígenas**; Revista Educação Real, vol.41, no. 3 Porto Alegre Jul/Set. 2016

BRUNO, Marilda M. G.; LIMA, Juliana M. S.; **As Formas de Comunicação e de Inclusão da Criança Kaiowá Surda na Família e na Escola: um Estudo Etnográfico**; Revista Brasileira Educação Especial, vol.21, no.1 Marília Jan./Mar. 2015

CARVALHO, Rosita E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COELHO Luciana L.; BRUNO Marilda M. G. **A constituição do sujeito surdo na cultura guarani-kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola**; n. 25, jul./dez. 2013, Campo Grande.

GÓES, Maria; **Linguagem, Surdez e Educação**; Revista Campinas SP; 3.ed., Autores associados; fevereiro de 2002.

LACERDA, Cristina B. F.; **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**; Caderno CEDES, vol. 26, n. 69, Campinas maio/ago. 2006.

LACERDA, Cristina B. F.; **O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo**; Revista Brasileira Educação Especial, v.13, n.2, Marília, mai/ago 2007.

OLIVEIRA, Walquiria D.; BENITE, Anna M. C.; **Aulas de ciências para surdos: estudos sobre a produção do discurso de intérpretes de LIBRAS e**



professores de ciências; Ciências e educação,
vol.21 no.2, Bauru abr/jun 2015.

PETEAN, Eucia B. L.; **Deficiência auditiva: escolarização e aprendizagem de língua de sinais na opinião das mães;** Paidéia, 2003,12(24), 195-204

RESENDE, Alice A. C.; LACERDA, Cristina B. F.; **Mapeamento de alunos surdos matriculados na rede de ensino pública de um município de médio porte do estado de São Paulo: dissonâncias;** Revista Brasileira Educação Especial, vol.19, n.3, 2013.

RIBEIRO, Camila B.; SILVA, Daniele N. H.; **Trajetórias Escolares de Surdos: Entre Práticas Pedagógicas e Processos de Desenvolvimento Bicultural;** Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, vol.33, Brasília, 2017.

ROSA, Andréa S. **Tradutor ou Professor? Reflexão preliminar sobre o papel do intérprete de língua de sinais na inclusão do aluno surdo;** PONTO DE VISTA, Florianópolis, n. 8, 2006.

SALES, Elielson R.; PENTEADO, Miriam G.; MOURA, Amanda Q.; **A Negociação de Sinais em Libras como Possibilidade de Ensino e de Aprendizagem de Geometria;** Revista Bolema vol. 29 no. 53 Rio Claro Dez. 2015.

SCHEMBERG, Simone; GUARINELLO, Ana C.; MASSI, Giselle; **O ponto de vista de pais e professores a respeito das interações linguísticas de crianças surdas;** Revista Brasileira Educação Especial, vol.18 no.1 Marília Jan./Mar. 2012

SILVA, Carine M.; SILVA, Daniele N. H.; **Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?** Revista Psicologia Escolar e Educacional, vol.20 no.1 Maringá Jan./Abr. 2016

SILVA, Carine M.; SILVA, Daniele N. H.; SILVA, Renata C.; **Inclusão e processos de escolarização: narrativas de surdos sobre estratégias pedagógicas docentes;** Revista Psicologia e Estudo, Vol.19 no.2 Maringá Abr./Jun 2014